



I CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

01. Assinale a alternativa correta.

“Salário-Base” é a expressão que identifica a base de cálculo da contribuição dos segurados:

- a) empregados e temporários;
- b) empregadores e avulsos;
- c) autônomos e temporários;
- d) empregados e autônomos;
- e) empregadores e autônomos.

02. Assinale a alternativa correta.

O auxílio-acidente tem como pressuposto:

- a) não decorrer de doença;
- b) exigir a mudança de função;
- c) permitir o mesmo trabalho;
- d) completar o auxílio-doença;
- e) exigir período de carência.

03. Assinale a alternativa correta.

Os benefícios previdenciários dividem-se em:

- a) prestação e serviço;
- b) vitalícios e permanentes;
- c) de renda mensal ou não;
- d) temporários e transitórios;
- e) de renda mensal e prestação continuada.

04. Assinale a alternativa correta.

A mais antiga norma brasileira sobre assistência social encontra-se na:

- a) Carta Imperial (1824);
- b) Carta Republicana (1891);
- c) Ato Adicional (1926);
- d) Constituição (1934);
- e) Constituição (1988).

05. Assinale a alternativa correta.

O período de carência quanto ao auxílio-doença é:

- a) exigível em qualquer caso;
- b) inexigível no infortúnio laboral;
- c) exigível na moléstia profissional;



- d) inexigível nas moléstias graves;
- e) exigível nas mesopatias.

06. Assinale a alternativa correta.

Quanto ao teto ou limite máximo de contribuição de previdência, afirma-se que ele:

- a) Inexiste para segurados autônomos;
- b) Existe para empregados e empregadores;
- c) Inexiste para avulsos e temporários;
- d) Existe para empresas e religiosos;
- e) Inexiste para empresas e segurados autônomos.

07. Assinale a alternativa correta.

A Consolidação das Leis da Previdência Social, por sua natureza é:

- a) Lei;
- b) Decreto-Lei;
- c) Lei Delegada;
- d) Decreto;
- e) Regulamento.

08. Assinale alternativa correta.

É devido benefício ao valetudinário com acréscimo de valor, no caso de:

- a) Auxílio-Doença;
- b) Auxílio-Doença acidentário;
- c) Aposentadoria por invalidez;
- d) Aposentadoria por invalidez resultante de acidente;
- e) Pensão por morte.

09. Assinale a alternativa correta.

O reenvio foi proibido absolutamente no Direito Internacional Privado brasileiro pelo(a):

- a) Decreto nº 737 de 1850;
- b) Introdução ao Código Civil de 1917;
- c) Lei Geral de Aplicação de Normas Jurídicas;
- d) Lei de Introdução ao Código Civil de 1942;
- e) Decreto nº 6.982 de 1878.

10. Assinale a única das assertivas abaixo que está incorreta:

- a) É permitida a opção pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo, por parte de filhos de pai ou mãe brasileiros que, nascidos no exterior, tenham vindo a residir no Brasil antes da maioridade;
- b) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira;
- c) A lei ordinária poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados,



além dos previstos constitucionalmente;

d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

e) O princípio do “jus soli” ainda vigente no Brasil foi introduzido pela Constituição Imperial de 1824.

11. Assinale das assertivas abaixo a única que está incorreta:

a) O agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado;

b) A pessoa do agente diplomático não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão;

c) A imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado não o isenta da jurisdição do Estado acreditante;

d) A residência particular do agente diplomático não goza da mesma inviolabilidade que os locais da missão diplomática;

e) O agente diplomático não é obrigado a prestar depoimento como testemunha.

12. Assinale a alternativa correta.

Um tratado internacional solene passa a ter validade no ordenamento interno brasileiro a partir da(o):

a) ratificação;

b) assinatura;

c) promulgação e publicação;

d) negociação;

e) registro junto ao Secretariado da ONU.

13. Assinale a alternativa correta.

O Direito Internacional Privado brasileiro positivo e vigente consagra expressamente como sendo tríplice causa para a não aplicação do direito estrangeiro a:

a) ofensa à soberania nacional, à ordem pública e aos bons costumes;

b) ofensa à soberania nacional, à ordem pública e a existência de fraude à lei;

c) existência de interesse nacional lesado, de fraude à lei e a ofensa à ordem pública;

d) existência de interesse nacional lesado, de fraude à lei e de instituição desconhecida;

e) ofensa à soberania nacional, à ordem pública e a existência de instituição desconhecida.

14. Assinale a alternativa correta.

O elemento de conexão - regra geral - consagrado pelo Direito Internacional Privado brasileiro, positivo e vigente, para a capacidade da pessoa física é a:

a) lei de sua nacionalidade (LEX PATRIAE);

b) lei do local onde o delito foi cometido (LEX LOCI DELICTI);

c) lei de seu domicílio (LEX DOMICILII);

d) lei do local da realização do ato jurídico (LEX LOCI CELEBRATIONIS);



e) lei onde a obrigação deve ser cumprida (LEX LOCI SOLUTIONIS).

15. Das assertivas abaixo, assinale a única incorreta:

- a) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais - entre outros - pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica de litígios;
- b) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações;
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”;
- d) Não será concedida extradição a brasileiro, nato ou naturalizado;
- e) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

16. “A” é herdeiro testamentário de “B” que faleceu em Paris. “A” só soube da morte seis meses após esta ter ocorrido. Assinale a alternativa correta que indica o instante em que “A” entrou juridicamente na posse e domínio dos bens:

- a) na data do conhecimento da morte;
- b) na data do falecimento;
- c) na abertura do inventário;
- d) após o encerramento do inventário;
- e) na abertura do testamento.

17. Assinale a alternativa correta.

Para efeito de usucapião, justo título significa que:

- a) o possuidor tem seu título reconhecido como bom pela justiça, em razão da boa fé;
- b) o possuidor tem título com boa fé;
- c) o possuidor tem título hábil a adquirir o domínio, embora saiba do vício ou obstáculo que lhe impede a aquisição;
- d) o título é imprestável para aquisição do domínio;
- e) o possuidor não tem título hábil, mas é indispensável a boa fé.

18. Assinale a alternativa correta.

“A” tem a posse do gado de “B”. Para evitar uma epidemia deve ministrar remédios ao gado. Deve ser ressarcido sob qual fundamento?

- a) por tratar-se de gestão de negócios;
- b) por “A” ser mandatário de “B”;
- c) por tratar-se de ressarcimento por benfeitoria;
- d) por tratar-se de locação de serviços de “A” em favor de “B”;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

19. Assinale a alternativa correta.



São dívidas da sociedade as obrigações contraídas conjuntamente por alguns dos sócios no exercício do mandato social, nos termos do artigo 1.395 do Código Civil. Se um deles for insolvente, o terceiro prejudicado:

- a) poderá demandar todos os sócios conjuntamente sendo a parte do insolvente excluída da dívida;
- b) poderá demandar a sociedade ou os sócios indistintamente, sendo a parte do insolvente excluída da dívida;
- c) poderá demandar apenas a sociedade, pois os sócios não são solidariamente obrigados pelas dívidas sociais;
- d) deverá demandar a sociedade e subsidiariamente os sócios, excluindo o insolvente;
- e) deverá demandar a sociedade e subsidiariamente os sócios, sendo a parte do sócio insolvente na dívida distribuída entre os outros.

20. Maria e João, ambos portugueses, separam-se. João radica-se no Brasil. Maria promove ação de alimentos em Portugal. Citado, é designada audiência pelo Juiz Federal em São Paulo, onde passa a tramitar o processo. Para ser realizada a conciliação, assinale a alternativa correta:

- a) a presença da mulher é indispensável;
- b) é indispensável advogado constituído para este fim;
- c) a mulher é representada pelo Ministério Público Federal;
- d) na hipótese, é suprimida a fase de conciliação;
- e) só com a manifestação de vontade da autora, mediante carta rogatória.

21. “Y” arremata bem em hasta pública. Passados cinco meses e vinte e cinco dias, pleiteia abatimento do preço ou rescisão do negócio, em razão de vício redibitório. Assinale a alternativa correta:

- a) tem direito à indenização sob invocação de que não pode haver enriquecimento sem causa;
- b) a ação está prescrita;
- c) não tem direito à ação;
- d) já se consumou o prazo de decadência do direito;
- e) só tem direito ao abatimento do preço.

22. “X” exige de “A” o cumprimento de cláusula contratual, sob pena de requerer o pagamento de Cr\$ 50.000,00, previsto em hipótese de infração ao ajuste para construção de benfeitoria em imóvel, no valor de Cr\$ 50.000,00. “A” insurge-se. Assinale a alternativa correta:

- a) o comportamento de “X” é ilegal, pois deve provar o prejuízo sofrido;
- b) não há necessidade de provar o prejuízo por parte de “X”, sendo legal a exigência;
- c) trata-se de hipótese de enriquecimento sem causa, não amparada por lei;
- d) é indevido o valor, desde que “A” comprove ser menor o prejuízo de “X”;
- e) o comportamento de “X” é ilegal, por ser excessivo o valor pretendido, em face do valor do contrato.



23. Assinale a alternativa correta.

A companhia “W” entrega veículo de sua propriedade a motorista não habilitado, embora desconhecendo esse fato. Ao passar o veículo sobre uma ponte, esta cede e os passageiros sofrem ferimentos. A responsabilidade pelos danos é:

- a) do motorista, pela sua falta de habilitação profissional;
- b) da empresa, que responde pelos atos de seus prepostos;
- c) de ambos, sendo subsidiária a responsabilidade da empresa;
- d) de ambos, solidariamente;
- e) nenhuma das alternativas é correta.

24. “X” constrói prédio, ciente de que o faz em terreno alheio. O proprietário propõe ação para compelir “X” a deixá-lo. Pleiteia o direito de reter o imóvel, até ser ressarcido de todas as benfeitorias úteis e voluptuárias. Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz pode mantê-lo na posse até o recebimento do equivalente às benfeitorias;
- b) não tem direito à indenização;
- c) só em ação própria pode ser ressarcido;
- d) tem direito à indenização das benfeitorias úteis;
- e) tem direito à indenização das benfeitorias úteis e o de retirar as voluptuárias.

25. Assinale a alternativa correta.

“B”, amigo íntimo de “C” celebra com este contrato de compra e venda de imóvel, embora ciente de que tem muitas dívidas. Após essa transação, “C” contrai novas dívidas. Os credores destas últimas intentam ação pauliana, sob o argumento de que a venda do imóvel tornou o devedor insolvente:

- a) a ação é improcedente, pois só os atos gratuitos podem ser objeto de anulação por meio de ação pauliana;
- b) a ação é improcedente, pois a transmissão onerosa não prescinde da comprovação de má-fé, que inexistiu;
- c) a ação é improcedente, pois os credores que intentaram a ação não têm amparo legal;
- d) a ação é procedente, em razão de todos os credores de “C” estarem habilitados a promover ação pauliana;
- e) a ação é procedente, por serem credores quirografários, e só estes terem habilitação para a anulação.

26. “Y” cede terreno de sua propriedade ao vizinho, para que este possa utilizá-lo, sob a condição de ser devolvido, quando solicitado. Assinale o que resultou do pactuado:

- a) comodato sujeito à condição;
- b) permissão de uso sujeita a termo;
- c) posse clandestina;
- d) posse a título precário;
- e) posse precária.



27.A “mora accipiendi”, nos termos do artigo 958 do Código Civil, acarreta conseqüências jurídicas. Assinale a alternativa correta:

- a) liberação do devedor da responsabilidade pela conservação e conseqüente direito de abandono da coisa, em face de não cumprir o credor a obrigação de ressarcimento das despesas já efetuadas;
- b) obrigação do credor de ressarcir as despesas com a conservação da coisa, inclusive benfeitorias úteis e necessárias e possibilidade de consignação judicial da “res debita”;
- c) possibilidade do credor exigir a satisfação das perdas e danos, se por causa da mora a prestação se tornou inútil;
- d) possibilidade da consignação judicial da coisa pelo devedor e obrigação do credor de ressarcir aquele pelas despesas com a conservação, da qual fica liberado, desde que isento de culpa;
- e) liberação do devedor, isento de culpa, pela conservação da coisa e correspondente direito do credor de exigir perdas e danos ou a consignação da “res debita”.

28.Absolvido, por falta de provas, em processo criminal, que havia determinado a demissão do funcionário, este postula sua reversão ao serviço público. O pedido é indeferido pela Administração, sem motivação; em conseqüência, o funcionário recorre ao Judiciário. Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz acolhe a pretensão por ter a Administração deixado de fundamentar seu ato e dessa forma violado dispositivo constitucional;
- b) o juiz acolhe a pretensão por entender que a Administração deve readmitir o funcionário, uma vez absolvido no processo criminal;
- c) o juiz anula o ato pela inexistência de motivação e determina que outro seja proferido com as razões de decidir, por parte da Administração;
- d) o juiz indefere a pretensão por ser descabida a reversão, antes do trânsito em julgado da decisão criminal, não comprovado nos autos;
- e) o juiz indefere a pretensão por ser descabida a reversão, em qualquer hipótese.

29.A União atrasa o pagamento de prestações devidas em razão de empreitada firmada com a construtora “Z”. Assinale a alternativa correta:

- a) o empreiteiro pode paralisar a obra, invocando a exceção do contrato não cumprido;
- b) o empreiteiro deve paralisar a obra e postular administrativamente os prejuízos decorrentes do atraso;
- c) o empreiteiro pode paralisar a obra e pleitear administrativa ou judicialmente a rescisão cumulada com perdas e danos;
- d) o empreiteiro pode postular administrativa ou judicialmente a rescisão do contrato, sem paralisar a obra;
- e) em razão da inadimplência da Administração, a rescisão opera-se de pleno direito, devendo o empreiteiro paralisar a obra.

30.A União desapropria imóvel tendo como beneficiária empresa pública, a fim de que



esta o utilize na persecução de seus fins sociais. Passados cinco anos e meio, a beneficiária devolve o bem à União. Assinale a alternativa correta:

- a) o expropriado tem direito a perdas e danos, por não ter sido dada ao bem a destinação prevista no ato expropriatório;
- b) a prescrição da ação de retrocessão já se consumou, nos termos do Decreto nº 20.910/32;
- c) o expropriado pode requerer a retrocessão da coisa expropriada, pois sendo direito real a prescrição ainda não se consumou;
- d) a devolução do bem pela beneficiária não caracterizou o desvirtuamento ensejador da retrocessão;
- e) dada a natureza pessoal da retrocessão, a prescrição ainda não se consumou, nos termos do artigo 177 do Código Civil.

31. A construtora “Y” incumbida da execução de obra pública causa danos a terceiros, proprietários de áreas vizinhas. Os prejudicados pleiteiam indenização, alegando que os danos foram provocados pela estrutura da obra e sua própria localização. Assinale a alternativa correta:

- a) a Administração é responsável independentemente de culpa na execução da obra;
- b) a Administração é responsável, em consequência da culpa “in diligendo” do construtor;
- c) a Administração é responsável, em decorrência de sua própria culpa “in eligendo”;
- d) o construtor e a Administração são responsáveis em razão da culpa “in diligendo” do primeiro e da culpa “in eligendo” da última;
- e) o construtor e a Administração são solidariamente responsáveis, independentemente de culpa na execução da obra.

32. Operou-se a rescisão de contrato ajustado entre a Administração e a empresa “X”, em virtude de falência superveniente à assinatura do contrato. Assinale a alternativa correta:

- a) a rescisão de pleno direito opera efeitos “ex nunc”, dependendo de ato unilateral da Administração;
- b) a rescisão opera efeitos “ex tunc”, dependendo da vontade de ambas as partes;
- c) a rescisão opera efeitos “ex tunc”, independentemente da vontade de qualquer das partes;
- d) a rescisão opera efeitos “ex nunc”, independentemente da vontade de qualquer das partes;
- e) a rescisão opera efeitos apenas a partir do reconhecimento e da declaração do fato rescisório pela Administração ou pelo Judiciário.

33. “A”, funcionário público efetivo, em estágio probatório, sofreu a aplicação da pena de demissão, pela verdade sabida, em virtude de infração divulgada em diversos meios de comunicação. Inconformado, recorreu ao Judiciário. Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz desacolhe o pedido, pois a infração foi amplamente divulgada, sendo correta a aplicação da pena;
- b) o juiz acolhe o pedido, pois é necessária a instauração de processo disciplinar para a



apuração da falta;

- c) o juiz indefere o pedido, por ser desnecessária a instauração de processo disciplinar, só imprescindível para apuração de falta cometida por funcionário estável;
- d) o juiz desacolhe o pedido, em razão do estágio probatório, quando do cometimento da falta pelo funcionário, sendo possível a adoção do meio sumário;
- e) o juiz acolhe o pedido, pois não houve fundamentação do ato, sendo arbitrária a demissão.

34. "X", de boa fé, constrói pequena propriedade em área pública, há muito tempo abandonada. Assinale a alternativa correta, para a regularização da situação:

- a) a Administração deve promover a desocupação da área, indenizando o ocupante pelas benfeitorias;
- b) o ocupante pode requerer usucapião com o reconhecimento de seus direitos como posseiro;
- c) deve ser promovida a justificação prévia da posse, para, posteriormente, efetivar-se a concessão de uso do imóvel;
- d) em razão da função social da propriedade, o ocupante tem o direito de ter reconhecida sua posse e a conseqüente transferência de domínio;
- e) a Administração pode regularizar a ocupação, atendendo a critérios de conveniência e requisitos legais.

35. A Administração Federal concede a "Z" autorização para pesquisa do solo em área urbana, loteada, encravada em área turística. O nome do proprietário é fornecido equivocadamente. Este postula a anulação do alvará. Assinale a alternativa correta:

- a) o ato é nulo em virtude da lei exigir que o requerente do alvará forneça o nome do proprietário do solo;
- b) o ato é sanável, mediante retificação do nome do proprietário;
- c) o ato é nulo, pois deveria ter havido anuência da autoridade municipal, em virtude da existência de logradouros públicos no loteamento;
- d) o ato é anulável, pois o nome do proprietário é exigência legal, a que se vincula a Administração; além da necessidade da anuência da autoridade municipal;
- e) nenhuma das hipóteses é correta.

36. Assinale a alternativa correta.

A União, para a construção de muro em terreno de sua propriedade, realizou licitação exigindo como qualificação que as empresas já tivessem construído uma hidrelétrica ou 10000 km de estrada federal, estadual ou municipal:

- a) a exigência é legal, nos termos do Decreto-lei nº 2.300, por ser imprescindível a comprovação da habilitação técnica dos licitantes;
- b) a exigência é constitucional, pois atende ao princípio da moralidade, consagrado na Constituição de 1988;
- c) a exigência é ilegal, por desrespeitar ao preceituado no Decreto-lei nº 2.300;
- d) a exigência é inconstitucional, por ferir a igualdade de todos perante a lei e à



Administração;

e) não há necessidade de licitação, mas apenas de carta-convite aos interessados, pois a obra é de pequeno valor.

37.A Administração Federal, por entender inconveniente a manutenção de portaria ministerial, anula o ato. Assinale a alternativa correta:

- a) a anulação é válida, por inconveniência, respeitados os direitos adquiridos;
- b) a anulação é válida, somente a partir da edição do ato administrativo;
- c) o ato padece de nulidade, pois a Administração não pode anular “ex tunc” seus atos, em razão dos direitos adquiridos gerados na vigência da portaria;
- d) a Administração não pode anular “ex nunc” seus atos;
- e) a Administração pode revogar o ato por inconveniência, respeitados os direitos adquiridos.

38. Assinale a alternativa correta.

Empresa pública, proprietária de imóvel com expressiva área verde, pretende desenvolver projeto de interesse urbanístico vinculado a seu objeto social, o que implicará na destruição da área verde:

- a) deve ser proposta ação popular por qualquer cidadão pela lesividade da conduta;
- b) pode ser proposta ação civil pública, para reparação dos prejuízos causados;
- c) pode ser proposta ação popular pelo Ministério Público Federal, como dever de ofício;
- d) pode ser proposta ação civil pública para proteção do interesse da coletividade;
- e) não cabe a propositura de qualquer ação, pois é público o interesse almejado pela empresa.

39. “C” transporta “B”, gratuitamente, a seu trabalho, em carro pertencente ao Ministério do Trabalho. No percurso, ocorre acidente de trânsito, causado por “C” que ocasiona lesões de natureza grave em “B”. Este pleiteia indenização pelos danos sofridos. Assinale a alternativa correta:

- a) o juiz pode indeferir o pedido, por ter sido gratuito o transporte;
- b) o juiz pode julgar procedente o pedido condenando a União;
- c) o juiz pode acolher o pedido, responsabilizando o Ministério do Trabalho, por ato de preposto;
- d) o juiz pode acolher preliminar de falta de interesse de agir, em razão da indenização paga pela seguradora do carro;
- e) o juiz pode deferir o pedido, condenando “C”, em razão de sua culpa no acidente, e subsidiariamente a União a indenizar os danos sofridos.

40. Assinale a alternativa correta.

Os direitos e deveres individuais previstos na Constituição atingem:

- a) Os brasileiros natos e os naturalizados;
- b) Os brasileiros natos e os naturalizados residentes no País;



- c) Os brasileiros natos residentes no País;
- d) Os brasileiros e os estrangeiros residentes no País;
- e) Os cidadãos brasileiros e os estrangeiros residentes no País.

41. Assinale a alternativa correta.

A proibição constitucional do anonimato obriga que:

- a) Todo e qualquer texto deva ter autoria identificada ou identificável;
- b) Toda e qualquer manifestação de pensamento deva ter autoria identificada ou identificável;
- c) Toda e qualquer manifestação de pensamento deva ter um responsável, mesmo que não seja o efetivo autor;
- d) Os editoriais em qualquer veículo de comunicação social devam identificar os nomes dos autores;
- e) Havendo co-autoria na manifestação de pensamento, pelo menos um dos autores deva estar identificado ou ser identificável.

42. Assinale a alternativa correta.

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) Qualquer entidade de classe, em defesa dos interesses de seus membros;
- b) Qualquer organização sindical, em defesa dos direitos de seus filiados;
- c) Qualquer partido político;
- d) Qualquer partido político com representação no Congresso Nacional;
- e) Qualquer partido político com registro definitivo.

43. Assinale a alternativa incorreta.

É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- b) Oficial das Forças Armadas;
- c) Vice-Presidente da República;
- d) Governador de Estado;
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

44. Assinale a alternativa correta.

O número de Deputados Federais em cada Estado será, proporcionalmente à população:

- a) Estabelecido em lei complementar, no mínimo de 8 (oito) e no máximo de 60 (sessenta);
- b) Estabelecido em lei complementar, no máximo de 65 (sessenta e cinco);
- c) Estabelecido em lei complementar, no mínimo de 8 (oito) e no máximo de 70 (setenta);
- d) Estabelecido em lei complementar, no mínimo de 5 (cinco) e no máximo de 65 (sessenta e cinco);
- e) Estabelecido em lei complementar, com o mínimo de 5 (cinco) e o máximo que não



excederá o dobro do número de Deputados Estaduais.

45. Assinale a alternativa correta.

Para julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Tribunal Regional Federal, é originariamente competente:

- a) O Superior Tribunal de Justiça, em sessão plenária;
- b) O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária;
- c) O Supremo Tribunal Federal, por uma de suas Turmas;
- d) O próprio Tribunal Regional Federal;
- e) O Conselho da Justiça Federal.

46. Assinale a alternativa incorreta.

Possui legitimação para promover a ação de inconstitucionalidade:

- a) Qualquer partido político;
- b) O Presidente da República;
- c) O Governador do Estado;
- d) A Mesa da Assembléia Legislativa;
- e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

47. Assinale a alternativa correta.

A destituição do Procurador Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, exige prévia autorização:

- a) Do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária;
- b) Do Superior Tribunal de Justiça, por maioria absoluta;
- c) Do Senado Federal, por maioria absoluta;
- d) Da Câmara dos Deputados, por maioria simples;
- e) Do Superior Tribunal de Justiça, por maioria simples.

48. Assinale a alternativa correta.

Nos crimes comuns, o processo e o julgamento da ação penal movida contra membro do Tribunal de Contas do Município competirá originariamente, ao:

- a) Tribunal de Justiça do Estado, por seu Órgão Especial;
- b) Tribunal Regional Federal, com jurisdição ao foro do delito;
- c) Superior Tribunal de Justiça;
- d) Supremo Tribunal Federal;
- e) Tribunal de Justiça do Estado, por sua Seção Criminal.

49. Assinale a alternativa correta.

Quando de sua nomeação, os juízes dos Tribunais Regionais Federais deverão ter:

- a) Mais de 35 e menos de 65 anos;
- b) Mais de 25 e menos de 65 anos;
- c) Mais de 30 e menos de 65 anos;
- d) Mais de 21 e menos de 65 anos;



e) Menos de 60 anos.

50. Assinale a alternativa correta.

Sob pena de nulidade, reclamam fundamentação:

- a) Os despachos e as sentenças;
- b) Os despachos, as sentenças e os acórdãos;
- c) As decisões interlocutórias e as sentenças;
- d) Os despachos, as decisões interlocutórias e as sentenças;
- e) Todas as prestações jurisdicionais, inclusive os despachos e as decisões interlocutórias.

51. Assinale a alternativa correta.

Para efeito forense, são feriados:

- a) Os domingos e os dias declarados em lei;
- b) Os domingos, os sábados e os dias declarados em lei;
- c) O período de recesso forense;
- d) O período de estado de sítio;
- e) Os períodos de estado de sítio e de estado de defesa.

52. Assinale a alternativa correta.

Para reconvir, a Fazenda Pública tem:

- a) Prazo normal;
- b) Prazo em dobro;
- c) Prazo em triplo;
- d) Prazo em triplo, ocorrendo litisconsórcio passivo;
- e) Prazo em quádruplo.

53. Assinale a alternativa correta.

Podem ser transmitidas por telefone:

- a) As cartas de ordem e as precatórias;
- b) As cartas rogatórias, precatórias e as de ordem;
- c) As cartas rogatórias e as precatórias;
- d) Apenas as cartas rogatórias;
- e) Apenas as cartas de ordem.

54. Assinale a alternativa correta.

Na citação com hora certa, o prazo destinado à contestação inicia-se:

- a) Da juntada do mandado de citação aos autos;
- b) Da juntada do aviso de recebimento da carta confirmatória;
- c) Da intimação feita pelo Oficial de Justiça ao familiar ou vizinho;
- d) Da juntada aos autos da certidão do Oficial de Justiça a respeito da suspeita de ocultação;
- e) Da terceira diligência citatória realizada pelo Oficial de Justiça.



55. Assinale a alternativa correta.

A suspensão convencional do processo não poderá exceder o prazo de:

- a) Quinze dias;
- b) Um mês, quando tiver ocorrido revelia;
- c) Seis meses;
- d) Um ano, prorrogável por mais 6 (seis) meses;
- e) Dois anos, inadmitida prorrogação.

56. Assinale a alternativa correta.

A exceção de incompetência suspende o processo até que ocorra:

- a) O ato do Juiz mandando processar a exceção;
- b) O julgamento da exceção em primeira instância;
- c) O julgamento, em segunda instância, do recurso interposto contra a decisão de primeiro grau;
- d) O trânsito em julgado da decisão que acolher a exceção;
- e) O trânsito em julgado da decisão que rejeitar a exceção.

57. Assinale a alternativa correta.

Tem efeito suspensivo do processo:

- a) A carta rogatória;
- b) A carta precatória requerida antes do saneador;
- c) A carta precatória requerida até o encerramento da instrução;
- d) A carta rogatória requerida antes de tomados os depoimentos pessoais;
- e) A carta rogatória requerida antes de tomados, em audiência, os esclarecimentos do perito.

58. Assinale a alternativa correta.

Arrolado como testemunha, o ministro do Supremo Tribunal Federal:

- a) Pode recusar-se a depor invocando o seu cargo judiciário;
- b) Pode prestar depoimento escrito, remetendo-o ao Juiz da causa;
- c) Pode ser inquirido em sua residência;
- d) Apenas pode ser inquirido perante o Plenário do Supremo Tribunal Federal;
- e) Pode ser inquirido no local em que exerce as suas funções, se arrolado como testemunha de funcionário público.

59. Assinale a alternativa correta.

Admite-se o recurso adesivo nas seguintes espécies:

- a) No agravo retido, na apelação e nos embargos infringentes;
- b) No agravo de instrumento, na apelação, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário;
- c) Na apelação, nos embargos infringentes, nos embargos declaratórios e no recurso extraordinário;



- d) Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial;
- e) Na apelação, nos embargos infringentes, nos embargos declaratórios, no recurso extraordinário e no recurso especial.

60. Assinale a alternativa correta.

Na determinação do lugar do crime, adotou o Código Penal a teoria:

- a) da nacionalidade;
- b) da atividade;
- c) da ubiqüidade;
- d) da territorialidade;
- e) do resultado.

61. Assinale a alternativa correta.

O arrependimento posterior, previsto no artigo 16 do Código Penal:

- a) é aplicável nos crimes de extorsão;
- b) permite a redução da pena mesmo abaixo do mínimo cominado ao crime;
- c) prescinde de ato voluntário do agente;
- d) exige a espontaneidade do agente;
- e) é aplicável quando a restituição da coisa preceder a sentença irrecorrível.

62. Assinale a alternativa correta.

Detração penal:

- a) é o cômputo, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, do tempo de prisão provisória ou administrativa e o de internação em hospital ou manicômio.
- b) é o mesmo que delação penal;
- c) é a prorrogação do prazo da suspensão condicional da pena até o julgamento definitivo da outra infração penal;
- d) é a revogação da reabilitação, quando o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa;
- e) nenhuma das hipóteses acima é verdadeira.

63. Assinale a alternativa correta.

“A”, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa. No caso, “A” responde.

- a) por dois delitos, um consumado e outro tentado, em concurso material;
- b) por dois delitos, em concurso formal;
- c) por dois delitos, em continuação;
- d) por delito único, como se o tivesse praticado contra a pessoa que pretendia ofender;
- e) por delito único, considerando-se as condições e qualidades da vítima efetivamente atingida.

64. Assinale a alternativa correta.



No Direito Penal Comum vigente, a suspensão condicional da pena será obrigatoriamente revogada se, durante o período de prova, seu beneficiário:

- a) é condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposo ou contravenção;
- b) não comparece à audiência admonitória;
- c) não paga a multa a que foi condenado;
- d) tiver, em virtude de recurso, aumentada a pena de modo que exclua a concessão do benefício;
- e) é condenado, em sentença irrecorrível por crime doloso, à pena privativa de liberdade.

65. Assinale a alternativa correta.

Admite-se a exceção da verdade no crime de:

- a) calúnia, se o fato é imputado ao Presidente da República;
- b) calúnia, se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível;
- c) difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;
- d) injúria contra funcionário público;
- e) injúria contra órgão ou entidade de direito público.

66. Assinale a alternativa correta.

Constitui delito comissivo por omissão:

- a) deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória;
- b) abandonar cargo público;
- c) deixar a mãe de amamentar o filho, causando-lhe a morte;
- d) deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente;
- e) deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo, ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.

67. Assinale a alternativa correta.

Em tema de corrupção ativa, não se pode dizer que:

- a) o crime é formal;
- b) a existência de um crime de corrupção passiva importa necessariamente na existência de outro, de corrupção ativa;
- c) é indispensável que a vantagem indevida seja ofertada para que o funcionário pratique, omita ou retarde ato de ofício, que deverá enquadrar-se em suas atribuições;
- d) a oferta ou a dação da vantagem indevida, posteriormente à ação do funcionário (prática, omissão ou retardamento de ato de ofício), não configuram o crime;
- e) se o funcionário, em razão da vantagem ou promessa, retarda ou omite ato de ofício,



ou o pratica infringindo dever funcional, a pena é agravada.

68. Assinale a alternativa correta.

“A” foi preso quando, procedente da Bolívia, desembarcou no Aeroporto Internacional de Guarulhos, trazendo, oculto sob suas vestes, um quilograma de cocaína, para vender no Estado de São Paulo. A droga foi apreendida antes que “A” ultrapassasse a barreira alfandegária. Nesse caso, houve:

- a) tentativa de crime, já que não consumada a importação;
- b) crime único, consumado;
- c) concurso formal entre a tentativa de importação e o crime consumado pelo porte;
- d) concurso material entre a tentativa de importação e o crime consumado pelo porte;
- e) crime continuado.

69.A. O contrabando e o descaminho são delitos comuns, podendo ser cometidos por qualquer pessoa.

B. O contrabando difere do descaminho porque no primeiro a mercadoria é proibida; no segundo, sua entrada ou saída é permitida, porém o sujeito frauda o pagamento do tributo devido.

C. O funcionário público que participa do contrabando ou descaminho, facilitando-o com infração de dever de ofício, comete delito autônomo.

Das três afirmações acima pode-se dizer que:

- a) A e B são corretas;
- b) A e C são corretas;
- c) B e C são corretas;
- d) as três são corretas;
- e) as três são incorretas.

70. Assinale a alternativa correta.

Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) os crimes eleitorais;
- b) as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;
- c) os crimes contra a economia popular;
- d) os crimes militares e os praticados por estrangeiro;
- e) nos casos determinados em lei, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

71. Assinale a alternativa correta.

“A”, denunciado por tráfico internacional de entorpecentes como incurso nas penas do artigo 12, combinado com o artigo 18, inciso I, da Lei de Tóxicos, foi condenado, desclassificada a infração, por trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente (artigo 16 do mencionado diploma legal). Dessa sentença condenatória, proferida por Juiz de Direito de comarca que não era sede de vara do juízo federal, cabe recurso para



o:

- a) Tribunal de Justiça correspondente;
- b) Tribunal de Alçada correspondente;
- c) Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau;
- d) Superior Tribunal de Justiça;
- e) Supremo Tribunal Federal.

72. **A.** Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.

B. Compete à Justiça estadual de primeira instância processar e julgar crimes de tráfico internacional de entorpecentes, quando praticado o delito em comarca que não seja sede de vara do juízo federal.

C. Não há Tribunal do Júri na Justiça Federal.

Das três afirmações acima pode-se dizer que:

- a) A e B são corretas;
- b) B e C são corretas;
- c) A e C são corretas;
- d) as três são corretas;
- e) as três são incorretas.

73. Assinale a alternativa correta.

O prazo para conclusão do inquérito policial instaurado para a apuração de crime cujo processo e julgamento compete à Justiça Federal, quando o indiciado estiver preso, é, de regra, de:

- a) 15 (quinze) dias;
- b) 10 (dez) dias;
- c) 30 (trinta) dias;
- d) 20 (vinte) dias;
- e) 05 (cinco) dias.

74. Assinale a alternativa correta.

No processo por crimes contra a honra de funcionário público em razão da função por ele exercida, previstos no Código Penal, o juiz, inicialmente, deverá:

- a) mandar notificar o acusado para responder por escrito aos termos da denúncia;
- b) designar audiência de conciliação;
- c) receber ou rejeitar desde logo a queixa;
- d) receber ou rejeitar desde logo a denúncia;
- e) mandar notificar o acusado para comparecer em juízo e dar explicações.

75. Assinale a alternativa correta.

Nos processos por crime a que não for, ainda que alternativamente, cominada a pena de reclusão, o número máximo de testemunhas que a defesa, de regra, pode arrolar é de:

- a) oito;



- b) cinco;
- c) quatro;
- d) três;
- e) seis testemunhas.

76. Assinale a alternativa correta.

As exceções previstas no processo penal são:

- a) continência, conexão, litispendência e coisa julgada;
- b) impedimento do juiz, assistência, suspeição e incompetência;
- c) suspeição, incompetência do juiz, ilegitimidade de parte, continência e conexão;
- d) suspeição, incompetência do juiz, litispendência, ilegitimidade e parte e coisa julgada;
- e) nenhuma das hipóteses acima é verdadeira.

77. Assinale a alternativa correta.

Da decisão que inadmita o assistente do Ministério Público:

- a) cabe apelação;
- b) cabe recurso em sentido estrito;
- c) cabe agravo;
- d) cabe carta testemunhável;
- e) não cabe recurso.

78. Assinale a alternativa correta.

Contra a decisão que, nos crimes de imprensa, receber a denúncia:

- a) cabe apelação;
- b) cabe agravo;
- c) cabe recurso em sentido estrito;
- d) cabe carta testemunhável;
- e) não cabe recurso.

79. Assinale a alternativa correta.

Não cabe recurso de ofício da decisão que:

- a) concede **habeas corpus**;
- b) decreta a extinção da punibilidade;
- c) absolve sumariamente o réu, nos crimes de competência do Júri;
- d) determina o arquivamento de inquérito por crime contra a economia popular;
- e) determina o arquivamento de inquérito por crime contra a saúde pública.

80. Assinale a alternativa correta.

Uma empresa comprou equipamento industrial por 1.000. Em cada um dos três exercícios subseqüentes, esta empresa depreciou este equipamento ao coeficiente anual de 10%, conforme admite a legislação do imposto de renda. No quarto exercício, a empresa depreciou este equipamento totalmente, considerando a depreciação assim



feita (700) como despesa. (Nesta questão, desconsidera-se a correção monetária). Esta empresa:

- a) não poderia ter adotado este procedimento porque a legislação do imposto de renda só admitia depreciação de 10% ao ano para o equipamento, ficando, pois sujeita a ter de refazer seu balanço e demonstrações financeiras, para efeito do imposto de renda;
- b) poderia ter adotado este procedimento desde que, no LALUR, adicionasse 700 ao seu lucro líquido, no cálculo do seu lucro real, sem qualquer outra providência, presente ou futura;
- c) poderia ter adotado este procedimento, considerado 100 como despesa dedutível e adicionado 600 ao seu lucro líquido, no LALUR, para efeito de cálculo do lucro real, não fazendo daí por diante qualquer depreciação;
- d) poderia ter adotado este procedimento desde que, para conformar-se à legislação do imposto de renda, considerasse 100 como despesa dedutível no exercício, adicionasse 600 ao seu lucro tributável, no LALUR, e, no exercício seguinte, tornasse a lançar o equipamento em seu ativo por 600 constituindo, ao mesmo tempo, uma provisão para depreciação do mesmo valor, de modo tal que, daí por diante, a depreciação anual não afetasse a conta de resultado e fosse deduzida do lucro líquido no LALUR, para efeito de cálculo do lucro real;
- e) poderia ter adotado este procedimento, desde que considerasse 100 como despesa dedutível, adicionasse 600 ao lucro líquido, no LALUR e, em cada exercício seguinte, no mesmo LALUR, deduzisse 100 do seu lucro líquido, para cumprir com a determinação da legislação do imposto de renda de deduzir, como despesa, uma depreciação de 10% ao ano.

81. Assinale a alternativa correta.

Uma pessoa jurídica pagou juros a um banco estrangeiro, seu credor, em decorrência de contrato de mútuo; esta pessoa jurídica remeteu os juros contratuais ao credor sem deles descontar o imposto de renda que recolheu como fonte pagadora e que calculou com o reajustamento do rendimento bruto como ordena a lei do rendimento bruto previsto em lei. Esta pessoa jurídica:

- a) com o procedimento adotado, infringiu a lei e está sujeita a penalidades, além de não poder considerar o juro como despesa dedutível no cálculo do seu lucro sujeito ao imposto de renda;
- b) agiu corretamente, mas pode considerar despesa dedutível, no cálculo do seu lucro tributável, apenas o juro remetido, mas não o imposto de renda que recolheu na fonte;
- c) agiu corretamente e, no cálculo do seu lucro tributável, pode considerar despesa dedutível o juro que remeteu mais o imposto de fonte que recolheu;
- d) agiu corretamente, mas perdeu a possibilidade de, no cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica, considerar o juro pago como despesa dedutível;
- e) agiu incorretamente, mas, desde que pague as penalidades previstas em lei, poderá considerar o juro pago como despesa dedutível no cálculo do seu lucro tributável.

82. Assinale a alternativa correta.



Considera-se lucro inflacionário realizado:

- a) o lucro que a pessoa jurídica realiza com vendas a prazo, sujeito o saldo devedor à correção monetária;
- b) a parcela do lucro da pessoa jurídica correspondente à correção monetária auferida em suas aplicações financeiras;
- c) o saldo credor da conta de correção monetária, ajustado pela diminuição das variações monetárias e das receitas e despesas financeiras computadas no lucro líquido do período-base da pessoa jurídica;
- d) o produto da correção monetária dos bens do ativo permanente da pessoa jurídica;
- e) em cada período-base da pessoa jurídica, a parcela do lucro inflacionário acumulado, proporcional ao valor, realizado no mesmo período, dos bens e direitos do ativo sujeitos à correção monetária.

83. Assinale a alternativa em que todas as afirmações feitas são corretas.

Quando uma pessoa física faz à outra uma doação de bens móveis que se valorizaram muito desde sua aquisição pelo doador:

- a) doador e donatário ficam sujeitos ao imposto de renda, o primeiro por ter realizado um ganho de capital e o segundo por ter tido seu patrimônio acrescido;
- b) o doador não fica, em hipótese alguma, sujeito ao imposto de renda porque seu patrimônio diminui, enquanto que o donatário fica sujeito a este imposto, uma vez que seu patrimônio aumenta;
- c) em qualquer hipótese e sem exceção, o doador fica sujeito ao imposto de renda se realizar ganho de capital, ao passo que o donatário não fica sujeito a este imposto, em face de isenção expressa contida na lei aplicável;
- d) o doador fica sujeito ao imposto de renda se realizar ganho de capital; o donatário também fica sujeito a este imposto, salvo se a doação lhe tiver sido feita em adiantamento da legítima, caso em que a lei concede isenção expressa;
- e) o doador fica sujeito ao imposto de renda se realizar ganho de capital na doação, exceto se esta for feita em adiantamento da legítima, enquanto que o donatário não fica sujeito ao imposto em qualquer caso, em vista de isenção expressa contida na lei.

84. Assinale a alternativa incorreta.

O imposto de transmissão “inter vivos”, de competência dos Municípios, pode recair:

- a) sobre a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza;
- b) sobre a transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de bens enfitêuticos;
- c) sobre a transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de direito à sucessão aberta;
- d) sobre a cessão de direitos à aquisição de bens imóveis por natureza;
- e) sobre a transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis por acessão física.

85. Assinale a alternativa correta:

Medida Provisória, publicada em 1º de setembro de 1990 cria contribuição de intervenção no domínio econômico nos termos do art. 149 da Constituição Federal. Esta



Medida Provisória perde a eficácia por não ter sido convertida em lei dentro do prazo de trinta dias, mas o Congresso elabora lei com o mesmo teor, lei esta que é sancionada pelo Presidente da República e publicada no dia 6 de outubro de 1990. A contribuição social assim criada pode ser exigida:

- a) sobre fatos geradores, previstos na Medida Provisória, ocorridos a partir de 1º de setembro de 1990;
- b) sobre fatos geradores, previstos na lei, ocorridos a partir de 5 de janeiro de 1991;
- c) sobre fatos geradores previstos na lei, ocorridos a partir da data da publicação desta;
- d) sobre fatos geradores previstos na lei, ocorridos a partir de 7 de outubro de 1990, sendo a contribuição pagável apenas a partir de 5 de janeiro de 1991, quando relativa a fatos geradores ocorridos entre 7 de outubro de 1990 e 5 de janeiro de 1991;
- e) sobre fatos geradores, previstos na lei, ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1991.

86. Assinale a alternativa correta.

Um estabelecimento industrial, fabricante de produtos sujeitos ao imposto sobre produtos industrializados - IPI - vende seus produtos, cuja entrega promove, a estabelecimentos varejistas pertencentes a outras empresas com as quais não têm qualquer ligação nem relação de interdependência. Nestas vendas assim feitas, a base de cálculo do IPI é, nos termos da lei aplicável:

- a) o preço do produto, sem qualquer acréscimo e feita a dedução dos descontos concedidos sem condição;
- b) o preço do produto, acrescido do valor do frete e demais despesas acessórias e deduzido de descontos concedidos sob condição;
- c) o preço corrente do produto no mercado atacadista ou, na falta deste preço, o custo acrescido de quantia percentual variável segundo a natureza do produto;
- d) quantia correspondente a 70 (setenta por cento) do preço de venda a consumidor;
- e) o preço do produto acrescido do valor do frete e demais despesas acessórias cobradas do comprador, sem a dedução de quaisquer descontos, diferenças ou abatimentos, concedidos a qualquer título, mesmo incondicionalmente.

87. Assinale a alternativa correta.

Em 10 de setembro de 1987, uma pessoa auferiu rendimento tributável que omitiu em sua declaração de rendimentos apresentada em 1988; o rendimento não estava sujeito à tributação na fonte e a citada pessoa não o incluiu no chamado carnê leão. Se tiver conhecimento da existência do rendimento em questão, o Fisco Federal poderá exigir o imposto de renda e multa desde que o faça:

- a) até 9 de setembro de 1992;
- b) até 31 de dezembro de 1991, inclusive;
- c) até 31 de dezembro de 1992, inclusive;
- d) até 31 de dezembro de 1993;
- e) até cinco anos após a data em que tiver tomado conhecimento da existência do referido rendimento.



88. Assinale a alternativa correta.

O Brasil mantém, com determinado país, acordo para evitar a bitributação no campo do imposto de renda. Em virtude deste acordo, dividendos pagos a residentes naquele país por companhia que exerce sua atividade no Brasil, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 10%, enquanto que é de 25% o mesmo imposto, aplicável a residentes em países com os quais o Brasil não mantém acordo semelhante. Em 20 de julho de 1990, este tratado chega ao seu término e não é renovado. Em consequência, os dividendos pagos a partir de 21 de julho de 1990 a residentes naquele país, por companhias que exercem sua atividade no Brasil:

- a) ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 25%;
- b) não ficam sujeitos ao imposto porque, à vista do término do acordo, não há lei que ampare a tributação;
- c) não são tributáveis se pagos até 31 de dezembro de 1990, em virtude do término do acordo e do princípio da anterioridade, passando a ficar sujeitos ao imposto de 25% se pagos a partir de 1º de janeiro de 1991;
- d) ficam sujeitos ao mesmo imposto de 10% se pagos até 31 de dezembro de 1990, inclusive, e ao imposto de 25% se pagos de 1º de janeiro de 1991 em diante, independentemente de nova lei;
- e) não ficam sujeitos ao imposto de fonte, a não ser que este imposto venha a ser recriado por nova lei que só será aplicável a partir do exercício seguinte àquele em que for publicada.

89. Assinale a alternativa correta.

Certo contribuinte pagou imposto que não era legalmente devido e resolveu pedir a restituição, pois preenche todos os pressupostos legais deste pedido. Neste caso, o contribuinte deve pedir a restituição:

- a) por via administrativa, no prazo de cinco anos contados da data do pagamento. Negada a restituição em decisão proferida um mês depois do pedido, deve pedi-la por via judicial, no prazo de dois anos contados da data em que tiver tomado ciência da decisão administrativa;
- b) por via administrativa, no prazo de dois anos contados da data do pagamento indevido. Negada a restituição em decisão proferida um mês depois do pedido, deve pedi-la por via judicial, no prazo de cinco anos contados da data em que tiver tomado ciência da decisão administrativa;
- c) por via de mandado de segurança, impetrado no prazo de 120 dias contados da data do pagamento indevido;
- d) diretamente por via judicial, através de ação ordinária proposta no prazo de sete anos contados da data do pagamento;
- e) por via administrativa, no prazo de três anos contados da data do pagamento. Negada a restituição em decisão proferida um mês depois do pedido, deve pedi-la por via judicial, no prazo de um ano contado da data em que tiver tomado ciência da decisão administrativa.



90. Assinale a alternativa correta.

Empresa pública federal que explore atividade econômica:

- a) não fica sujeita a impostos estaduais e municipais, em virtude da imunidade tributária de que goza a União, nos termos da Constituição Federal;
- b) só fica sujeita a impostos estaduais e municipais se a União também exigir que a empresa pague os impostos federais;
- c) fica sujeita aos impostos estaduais e municipais, exceto se lei ordinária, emanada do Congresso Nacional, lhe outorgar isenção destes impostos;
- d) fica sujeita a impostos estaduais mas não a impostos municipais;
- e) fica sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

91. Assinale a alternativa incorreta.

O artigo 150, III, "b", da Constituição Federal veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. A Constituição, porém, dispõe que esta vedação não se aplica:

- a) ao imposto de importação;
- b) ao imposto sobre produtos industrializados;
- c) ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- d) ao imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
- e) ao imposto de exportação.

92. Assinale a alternativa correta.

Uma sociedade anônima, que teve sua falência decretada, é devedora de impostos ao fisco federal. Nestas circunstâncias, o fisco federal deve:

- a) habilitar seu crédito no processo de falência, como crédito quirografário;
- b) habilitar seu crédito no processo de falência, como crédito privilegiado;
- c) habilitar seu crédito no processo de falência, numa categoria especial, com preferência absoluta sobre os demais créditos;
- d) cobrar seu crédito em processo de execução fiscal, independentemente do processo de falência;
- e) cobrar seu crédito em processo de execução fiscal que deve correr no juízo da falência, em apenso ao processo desta.

93. Assinale a alternativa correta.

Lei municipal estabelece que casas residenciais, construídas em desacordo com as posturas municipais aplicáveis, ficam sujeitas ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana em dobro, até que se façam as devidas correções. A cobrança deste imposto em dobro, na circunstância apontada:

- a) é possível, pois os impostos podem ter fins extrafiscais;
- b) é possível porque a definição legal do fato gerador do imposto é interpretada com abstração da validade jurídica dos atos praticados pelo contribuinte;



- c) é possível, pois a parcela que excede o valor normal do imposto é uma taxa que corresponde ao exercício, pela Prefeitura, do seu poder de polícia, até que a correção seja feita;
- d) não é possível porque tributo não pode constituir sanção de ato ilícito;
- e) é possível, pois o imposto em dobro é sucedâneo da multa que a Prefeitura poderia aplicar ano após ano, até que a situação fosse corrigida.

94. Assinale a alternativa correta.

Na ausência de lei complementar que estabeleça normas gerais em matéria tributária, conforme previsto no artigo 146, III, da Constituição Federal:

- a) os Estados não podem legislar sobre os tributos de sua competência, até que sobrevenha a lei complementar;
- b) os Estados podem legislar sobre os tributos de sua competência, mas sua legislação não pode conter normas que se possam classificar como normas gerais;
- c) os Estados podem legislar sobre os tributos de sua competência, desde que, por acordo, as leis de todos sejam uniformes, para evitar conflitos;
- d) os Estados podem legislar sobre os tributos de sua competência, exercendo a competência legislativa plena, até que sobrevenha a lei complementar;
- e) os Estados devem revigorar sua legislação anterior, sem modificá-la, até que sobrevenha a lei complementar.

95. Assinale a alternativa correta.

Em matéria de administração social:

- a) quer nas companhias abertas, quer nas fechadas, o estatuto social pode atribuir a administração apenas a uma diretoria;
- b) nas companhias abertas, o estatuto social pode determinar que a administração caiba apenas a um conselho de administração, ao qual competirá exercer todas as funções administrativas;
- c) as companhias fechadas são administradas necessariamente por uma diretoria eleita pela assembléia geral dos acionistas, não podendo ter conselho de administração;
- d) as companhias abertas devem, obrigatoriamente, ser administradas por um conselho de administração, eleito pela assembléia geral dos acionistas, e por uma diretoria eleita pelo conselho;
- e) as companhias abertas serão necessariamente administradas por uma diretoria, dependendo o funcionamento do conselho de administração, em cada exercício, de pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito de voto.

96. Assinale a alternativa correta.

O contrato de arrendamento mercantil (leasing) caracteriza-se:

- a) pela compra de bens não fungíveis pela sociedade arrendadora, por indicação do arrendatário, e subsequente arrendamento dos mesmos bens a este último, por um certo prazo e com opção dada ao arrendatário para, no fim do contrato, comprar os



mesmos bens por preço prefixado;

b) pela compra de bens não fungíveis pelo arrendatário, com financiamento feito pela sociedade arrendadora que, ao fim do arrendamento poderá tornar-se proprietária dos bens pagando ao arrendatário um preço prefixado;

c) pelo arrendamento de bens não fungíveis pela sociedade arrendadora ao arrendatário, mediante aluguel mensal e com cláusula que confira à sociedade arrendadora opção para obrigar o arrendatário, no término do contrato, a comprar o bem arrendado pelo valor que tiver na ocasião, conforme avaliação feita por peritos especializados;

d) pelo arrendamento de bens não fungíveis, podendo as partes, ao fim do contrato, entender-se sobre a venda dos mesmos bens ao arrendatário;

e) pelo arrendamento de bens não fungíveis por preço certo e imutável até o fim do contrato, ficando o contrato descaracterizado se, no seu término, os bens arrendados forem vendidos ao arrendatário.

97. Assinale a alternativa correta.

Em um contrato de compra e venda, a cláusula de pacto comissório significa que:

a) a venda é feita sob a modalidade de comissão, ou seja, só se aperfeiçoará depois que o comprador, por seu turno, revender a mercadoria;

b) a venda é estipulada por um preço ao qual se acrescenta uma comissão sobre o preço pelo qual o comprador revender a mercadoria e que se tornará devida quando a revenda for efetivada;

c) a venda é estipulada por um preço do qual se abaterá uma comissão prefixada, se pago antes do respectivo vencimento;

d) a venda será desfeita se o comprador não pagar até certo dia, voltando a mercadoria ao patrimônio do vendedor, tudo se este não preferir pedir o preço em lugar de resolver o contrato;

e) a venda só se aperfeiçoará se o comprador pagar comissão prefixada ao intermediário do negócio.

98. Assinale a alternativa incorreta.

De acordo com a legislação em vigor, não são privilegiáveis e, portanto, não lhes é concedida patente de invenção:

a) as substâncias, matérias ou produtos químico-farmacêuticos e medicamentos e respectivos processos de obtenção ou modificação;

b) as substâncias, matérias ou produtos alimentícios bem como os respectivos processos de obtenção ou modificação;

c) as invenções de finalidade contrária à segurança pública;

d) as invenções nos campos elétrico, mecânico, eletrônico que, privilegiadas por patente, levariam à criação de monopólio na produção do produto patenteado;

e) as técnicas operatórias ou cirúrgicas ou de terapêutica, não incluídos os dispositivos, aparelhos ou máquinas.



99. Assinale a alternativa cujas afirmações são todas corretas.

As companhias brasileiras podem emitir debêntures:

- a) só no País, expressas em cruzeiros, sempre com garantia flutuante de bens situados no Brasil;
- b) só no País, expressas em cruzeiros, sempre com garantia real de bens situados no Brasil;
- c) necessariamente expressas em cruzeiros, sem gozar de preferência ou subordinadas aos demais credores da companhia;
- d) expressas em cruzeiros ou em moeda estrangeira, em qualquer caso a critério exclusivo da companhia emissora;
- e) no Brasil ou no Exterior, com garantia real ou flutuante de bens situados no País.

100. Assinale a alternativa incorreta.

São pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as sociedades civis;
- b) as fundações de direito privado;
- c) as sociedades anônimas;
- d) as firmas individuais registradas na Junta Comercial;
- e) as associações científicas ou literárias.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do I Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	E	21	C	41	C	61	B	81	C
2	B	22	B	42	D	62	A	82	E
3	C	23	E	43	D	63	D	83	E
4	A	24	B	44	C	64	E	84	C
5	B	25	C	45	D	65	C	85	E
6	B	26	D	46	A	66	C	86	E
7	D	27	D	47	C	67	B	87	D
8	D	28	E	48	C	68	B	88	A
9	D	29	D	49	C	69	D	89	A
10	C	30	D	50	C	70	E	90	E
11	D	31	A	51	A	71	C	91	D
12	C	32	C	52	E	72	A	92	D
13	A	33	B	53	A	73	A	93	D
14	C	34	E	54	A	74	D	94	D
15	D	35	B	55	C	75	B	95	D
16	B	36	C	56	B	76	E	96	A
17	D	37	E	57	B	77	E	97	D
18	C	38	D	58	C	78	C	98	D
19	E	39	B	59	D	79	B	99	E
20	C	40	D	60	C	80	C	100	D